



GESTÃO EDUCACIONAL: PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA

Autor (1): BARRETO, Raisia Queiroga
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
rsqueiroga92@gmail.com

Orientador (4): OLIVEIRA, Livia Maria Serafim Duarte
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
serafim_livia@yahoo.com

RESUMO: A Escola é o ambiente propício para o desenvolvimento da educação de qualidade e para as concepções de gestão como processo de inclusão para todos, neste sentido, a Educação Inclusiva, constitui-se como um momento de participação na construção social, da consciência crítica dos profissionais em educação sobre suas práticas pedagógicas. Este estudo é resultante de uma pesquisa em andamento e apresenta metodologia qualitativa, do tipo estudo de caso, em parte bibliográfica, documental e observação assistemática. Nosso objetivo é propiciar o conhecimento teórico acerca da inclusão educacional infantil frente às transformações ocorridas na contemporaneidade, como também, refletir e analisar as concepções dos processos da gestão educacional. Esta pesquisa embasou-se em livros sobre políticas públicas, Gestão educacional e Educação Inclusiva, documentos oficiais como LDB (9.3940/96) em estudos teóricos: Beyer (2006), Carvalho (1999), Luck (2012). Portanto, este estudo inicialmente tem buscado favorecer o desenvolvimento da aquisição do saber escolar inclusivo e a efetivação dos direitos humanos, em relação a criança com deficiência e a importância da mediação da gestão neste processo. Os resultados apontam que o ensino efetivo da educação inclusiva infantil necessita que a gestão educacional busque através da mediação ao processo de ensinar, o respeito às diferenças.

PALAVRAS - CHAVE: Gestão, Administração, Educação Infantil, Inclusão.

ABSTRACT: The School is the environment conducive to the development of quality education and management concepts and process of inclusion for all, in this sense, inclusive education, is constituted as a moment of participation in social construction, critical awareness professionals in education on their teaching practices. This study is the result of an ongoing research and presents qualitative methodology, the case study type, in part bibliographic, documentary and systematic observation. Our goal is to provide theoretical knowledge about children's educational inclusion in the face of transformations in contemporary, but also reflect and analyze the conceptions of the processes of educational management. This research underwrote in books on public policy, Education Management and Inclusive Education, official documents as LDB (9.3940 / 96) on theoretical studies: Beyer (2006), Carvalho (1999), Luck (2012). Therefore, this study initially has sought to promote the development of the acquisition of knowledge inclusive school and the realization of human rights in relation to children with disabilities and the importance of mediation management in this process. The results show that the effective teaching of children's inclusive education requires that educational management seek mediation through the process of teaching, respect for differences.

KEY - WORDS: Management, Management, Child education, Inclusion.

INTRODUÇÃO

A escola é o ambiente propício para o desenvolvimento da gestão educacional enquanto mediador do processo educativo favorável para o desenvolvimento de práticas inclusivas na educação infantil.

Nesta perspectiva, a gestão educacional necessita levar em consideração o modo como os espaços pedagógicos são organizados, o conselho escolar, a equipe administrativa, o corpo docente e sua formação acadêmica, a participação da família e comunidade da escola. Por isso, que com a participação efetiva das partes envolvidas é possível tornar a gestão escolar menos autoritária e consequentemente mais focada na resolução dos problemas. Conforme Libânio (2007):

A organização e gestão constituem o conjunto das condições e dos meios utilizados para assegurar o bom funcionamento da instituição escolar, de modo que alcance os objetivos educacionais esperados. Os termos organização e gestão são frequentemente, associados à ideia de administração, de governo, de provisão de condições de funcionamento de determinada instituição social – família, empresa, escola, órgão público, entidades sindicais, culturais, científicas, etc. – para a realização de seus objetivos. (LIBÂNIO, 2007, p.293).

Perante o exposto por Libânio (2007), compreendemos que a Educação Inclusiva significa atender a diversidade inerente ao homem, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal e cognitivo de todos.

Ponderando em tempos de globalização a inclusão vem com o papel de facilitar as interações sociais, proporcionando ao sistema educacional meios de efetivação da implementação das políticas educacional de qualidade para toda a sociedade e comunidade acadêmica.

Esse processo se consolida como um dos atributos da escola, que se refere a sua organização e gestão quanto ao grau de excelência no ensino, baseada numa escala valorativa, embora tenha sido bastante difundida a qualidade neoliberal da economia, qualidade total, pode-se entender que esta decorre de uma concepção empresarial e pragmática.

A este conceito, opõe-se a qualidade social que entende que a educação deve prover para todo o conhecimento e a aprendizagem, além de desenvolvimento cognitivo e operativo necessário ao atendimento social e individual do aluno, uma vez que, segundo a constituição todos são iguais ante a justiça e todos têm direito a uma educação de boas propriedades, dirigindo à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Dessa forma o presente trabalho emerge da efetiva constatação das dificuldades que os professores e alunos portadores e deficiência enfrentam para concretizar a educação inclusiva no cotidiano escolar e da colisão entre a gestão e administração educacional.

Neste sentido, nosso estudo é resultante de uma pesquisa em andamento e apresenta metodologia qualitativa, do tipo estudo de caso, em parte bibliográfica, documental e observação assistemática. Nosso objetivo é propiciar o conhecimento teórico acerca da inclusão educacional infantil frente às transformações ocorridas na contemporaneidade, como também, refletir e analisar as concepções dos processos da gestão educacional.

Para isto, utilizamos embasamento em livros sobre políticas públicas, Gestão educacional e Educação Inclusiva, documentos oficiais como LDB (9.3940/96) em estudos teóricos: Beyer (2006), Carvalho (1999), Luck (2012) entre outros.

Portanto, este estudo inicialmente tem buscado favorecer o desenvolvimento da aquisição do saber escolar inclusivo e a efetivação dos direitos humanos, em relação à criança com deficiência e a importância da mediação da gestão neste processo. Os resultados apontam que o ensino efetivo da educação inclusiva infantil necessita que a gestão educacional busque através da mediação ao processo de ensinar, o respeito às diferenças, levando em consideração o individual e o coletivo para construção da aprendizagem e concretização e materialização do direito a cidadania de todos os personagens que estão envolvidos no cenário da educação brasileira.

METODOLOGIA

Para realização deste artigo será empregado um estudo baseado em uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, documental e de observação assistemática com discussão e resultados pautados em autores que procuram explicar o contexto da Educação Inclusiva, voltados para o ensino de alunos portadores de necessidades especiais e a Gestão Educacional, deparando-se com os desafios que a contemporaneidade nos impõe.

No que concerne ao estudo de caso este se configura como um instrumento de pesquisa que concede ao pesquisador a oportunidade que um problema seja estudado com mais profundidade dentro de um espaço, para ser situado em discussões acadêmicas.

No que se refere aos estudos bibliográficos, foi realizada leituras de publicações e livros destinados aos profissionais que lidam com as necessidades especiais em campos pedagógicos.

Quanto à análise documental, procuramos fazer uma análise sobre o que de fato acontece na realidade, o que tais documentos estudados objetivam, esta consistirá no estudo da Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB (lei nº 9394/1996) que tem finalidade de evidenciar o seu papel de indicador de opções políticas, sociais e culturais na educação brasileira agindo com o objetivo da prerrogativa da dimensão do educar.

Assim como os da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1945) em que seu artigo sexto diz que “todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento como pessoa perante a lei”, sendo assim também tem direito ao acesso a educação de qualidade para todos.

No que se refere à observação, esta se constitui como um dos meios mais utilizados pelos pesquisadores para conhecer e compreende as situações cotidianas e acadêmicas:

É de máxima importância definir com exatidão a área de conhecimento humano [...] a que pertence o nosso tema e determinar os fundamentos teóricos que lhe servem de base [...] O conhecimento e aprofundamento desta, bem como a resolução de dúvidas que sobre a mesma eventualmente possa aparecer, obtém-se pelo estudo e consulta de livros, obras, etc. (RUBIO, 1986, p.48-49).

Por isso, utilizamos como recurso metodológico também duas modalidades de observação, a assistemática e a documental, a primeira se constitui sem um planejamento estruturado e se consolida como uma observação ocasional seguido pela observação de documentos, que neste sentido Rudio (1986) ressalta que “sob o ponto de vista da pesquisa, muito importante é o registro que se faz da observação”. Portanto, compreendemos que mediante tais instrumentos de métodos foi possível aproximar o marco teórico com a realidade.

1. GESTÃO X ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL

Para garantir a qualidade do ensino, é preciso saber utilizá-los, ou seja, é preciso pensar instituição de forma inclusiva e abrangente, colocando a necessidade do aluno no centro do interesse da gestão e tendo os recursos materiais como ferramentas para alcançar as melhorias necessárias, utilizados em prol do ensino.

Para que ela funcione, é necessário estar atento às rotinas da secretária, legislação educacional, processos educacionais e várias outras tarefas e atribuições fundamentais para que tudo flua bem e para que os professores tenham tudo o que precisam para ensinar com qualidade.

A gestão administrativa é um requisito para a qualidade da gestão pedagógica e da educação, sendo assim, o objetivo da gestão escolar administrativa é o de cuidar dos recursos físicos, financeiros e materiais da instituição. Na escola conservadora, a gestão administrativa era



considerada o eixo mais importante da gestão, pois se acreditava que garantindo bons materiais e recursos o processo educacional fluiria naturalmente e o ensino seria de qualidade. Segundo o Decreto de lei nº 49/2005 de 30 de Agosto de 2005 em seu Art. 46º:

A administração e gestão do sistema educativo devem assegurar o pleno respeito pelas regras de democraticidade e de participação [...] O sistema educativo deve ser dotado de estruturas administrativas [...] que assegurem a sua interligação com a comunidade. (BRASIL, 2005, s/p)

Já no que se refere à gestão escolar democrática, esta compõem as características sistemáticas, mediadores e participativas com objetivos de promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos sócio educacional e socioculturais das instituições de ensino. Neste sentido Luck (2012, p.86) destaca que “tal prática vence os medos e receios e cria gradualmente um espírito de equipe e reforça ao trabalho colaborativo. As escolas que se iniciam nesse processo tomam iniciativas e constroem gradualmente sua autonomia”.

Abordando questões concretas da rotina educacional, buscando garantir que as escolas tenham condições necessárias para cumprir sua função principal, mirando o ensino de qualidade e formando cidadãos com as competências e habilidades indispensáveis para sua vida pessoal e profissional, por isso, a gestão escolar democrática compõem as características sistemáticas, mediadores e participativas.

2. A EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA

Discorrer sobre a cultura infantil exige que visitarmos ao passado da infância a partir do contexto das práticas pedagógicas e políticas públicas para que possa se ter um entendimento melhor nos dias atuais. A Educação Infantil, enquanto ação social humana, foi marcada por representações de uma sociedade embutida em um cenário político e pedagógico complexo, observamos que nem sempre a criança foi respeitada em sua especificidade, uma vez que, não existe homem sem “infância” e este mesmo é o produtor de uma realidade de massa alienada subserviente da economia da publicidade e informação.

A descoberta da infância se deu como um contexto da contemporaneidade, da modernidade, o historiador/autor Phillippe Ariès em sua obra a historia social da criança e da família traz uma linha do tempo através dos relatos do diário do médico Heroard que conta a infância do menino



Delfim de França, que posteriormente viria tornar-se-ia Luís XIII, onde mostra que a criança era tratada com negligência e sem necessidades ou características próprias, iniciando a discussão em torno do sentimento de infância.

É possível destacar que na visão de Ariès a criança da idade média, na primeira infância tinha conhecimento de vários jogos e brincadeiras que por vezes eram inadequados a sua faixa etária, fugindo de todo um contexto pedagógico, podendo ser vista como adultos em miniatura.

Na modernidade inicia-se uma análise histórica sobre a infância, percebe-se neste momento que ocorre a primeira preocupação da educação, moderna, que é o estudo das brincadeiras e brinquedos e as fases da infância como fator essencial e necessário para o desenvolvimento social e cultural das pessoas.

É sob esta perspectiva que interessou para o autor Jean Jacques Rousseau (1981), em sua obra Emílio ou da Educação a preocupação em como a educação deve ser dada as crianças, para ele os adultos devem saber e ter cuidado com os sentimentos da criança, pois em sua forma de pensar o homem nasce bom, mas a sociedade o corrompe, e a partir de seu nascimento merece um atendimento que antes era dispensado a ela.

Neste contexto, a escola, concebida como lugar da infância, adquire o fundamento da formação cidadão, os futuros pensadores e agentes políticos. Um dos atributos da escola refere-se a sua organização e gestão quanto ao grau de excelência no ensino, baseada numa escala valorativa, embora tenha sido bastante difundida a qualidade neoliberal da economia, qualidade total, pode entender que esta decorre de uma concepção empresarial e pragmática. Via de regra, o que se observa na escola é um ambiente em que o aluno é colocado em uma situação de passividade e de obediência a determinações de professores por entenderem o processo educacional como aquisição de conhecimento. (LUCK, 2012)

A partir deste ponto de vista compreendemos que no campo educacional a educação é o melhor caminho para o desenvolvimento de competências históricas, uma vez que, no tocante à educação, difere-se como qualidade formal e a qualidade política. Com a descoberta da infância, a escola procurou se pautar em uma ideia de formação e de atendimento criteriosa de desenvolvimento dos discentes, nesse contexto de uniformização, alunos avaliados como normais e com deficiência deveriam ser atendidas por sistemas educacionais diferenciados, trazendo suas especificidades, porém, uma proposta que surgiu durante os encontros de Jomtien, que aconteceu na Tailândia em 1999 e o de Salamanca, na Espanha em 1994, defendia que os grupos diferenciados (os com necessidades especiais) deveriam fazer parte de um mesmo sistema educacional.

Desde então a retórica da qualidade no que dizer respeito a educação, nas últimas décadas tem vivenciando uma grande ampliação no tangente a Educação Inclusiva, que ao nível de discursos, dos normativos e dos projetos. Desta forma, a conscientização da efetiva diversidade no espaço escolar constitui-se como ponto chave para que a mesma possa ser contemplada pelo sistema educacional vigente, nesse sentido uma nova perspectiva vem sendo elencada sobre essa modalidade educacional. De acordo com o documento oficial da Declaração dos Direitos Humanos:

A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. (DIREITOS HUMANOS, ART.2º, INC.2º, 1995)

Portanto, a necessidade de que o trabalho educacional deve estar a atender efetivamente alunos com necessidades especiais dentro dos espaços pedagógicos, assim como, em qualquer outra situação de ensino e aprendizagem, procurando viabilizar um desenvolvimento do portador de deficiência.

Conforme estes direitos são assegurados pela LDB (9.394/96) no Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Um fator essencial é a didática e o planejamento utilizado, pois se sabe que para atender a heterogeneidade existente em uma sala de aula é preciso também que haja metodologias diferenciadas. Menegolla (2003) propõe que o Planejamento Educacional deve estar em uma perspectiva humana, caracterizando a educação como processo de reconstrução do homem em todas as suas dimensões.

No entanto quando se trata de educação especial é necessário que os educadores possuam formação adequada, requisito necessário para atender as possíveis necessidades dos educandos, no entanto, os alunos também devem receber atendimento nas salas de atendimento educacional especializado (AEE), na qual o educando será acompanhado profissionais especializados. Contudo, o acompanhamento pelo AEE não deve ser desvinculado do contexto da sala de aula a qual o aluno está inserido normalmente, mesmo acontecendo em horário oposto, além disso, esse fator contribui para eliminar uma prática docente de segregação.

Hoje, com a concepção de uma escola descentralizadora da educação especial, busca-se estabelecer uma cultura de mobilidade, que seja, em princípio à vida escolar da criança deve se dar da forma mais integrada possível no seu entorno social e geográfico. Todo o apoio pedagógico especializado deverá ocorrer na escola regular que o aluno frequentar. A



descentralização da ajuda pedagógica especializada representa o princípio da proximidade, o que pressupõe o apoio pedagógico, e terapêutico, quando necessário, o mais próximo possível do espaço de vida (escola, comunidade, família e etc.) da criança. (BEYER, 2006, p.37)

Sendo assim, o educador torna-se o elemento viabilizador de todas essas ações descritas acima, no entanto, é preciso que o mesmo disponha de formação básica necessária para o atendimento aos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Em face do exposto, sintetizamos que a discussão parte de que é necessário pensar a instituição da educação infantil como um espaço amplo e que oferece possibilidades para exercer um contexto de políticas educacionais que surgem em decorrência de um recorte da realidade, na qual, permitem dividir alunos em normais e diferentes, as modalidades de ensino em regular e especial, tal fato remeto-nos então, para a necessidade de uma análise da compreensão sobre tudo do discurso enraizado na discriminação do diferente.

É refletindo sobre o atendimento institucional digno, que atentamos para o ser criança, que ao longo da modernidade, foi ignorada e desvalorizada. Os resultados apontam que a Educação Infantil Inclusiva é, potencialmente, um espaço de construção de saberes e de cultura, a partir desta verificação, entendemos que o espaço escolar ainda não consegue romper com o antigo modelo educacional centralizador, uma constatação agressiva quando se trata de crianças, as quais perdem seus direitos (brincar e interagir) de explorar e conhecer a diversidade que ocorreu com o sistema de inclusão. Se desejarmos que a escola seja inclusiva, é importante que seus planos se redefinam para uma educação que seja livre e valorize as necessidades do coletivo e do individual.

Por outro lado consideramos a questão da qualidade educacional e sua frequente associação ao privado, por isso, pode ser algo que ofusque os direitos da inclusão social, uma vez que podem servir como a promoção de políticas desvinculadas a mesma, nesse sentido, é imprescindível que a gestão educacional e os educadores estejam suficientemente entrelaçados para atuar a frente das diversas situações, em que um processo de ensino aprendizagem efetivamente inclusivo seja compatíveis com os novos cenários em construção.

REFERÊNCIAS

- _____. **Igualdade e diferenças na escola:** Como andar no fio da navalha. In: M.T.E MANTOAN; R.G. PIETRO (orgs) *Inclusão escolar: portos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006.
- ANGOTTI, Maristela. *Semeando o Trabalho Docente* IN: Oliveira, zilma Morais Ramos (Org). **Educação Infantil:** muitos olhares. São Paulo: Cortez 1994.
- ARIÈS, Philippe. *Pequena Contribuição à História dos Jogos e das Brincadeiras*. In: _____. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e Avaliação na Escola de alunos com necessidades educacionais especiais**.ed.2.Porto Alegre: Ed.mediação,2006.
- Brasil. Ministério da educação e do desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil** – Brasília: MEC, 2010.
- CARVALHO, Rosita Elder. **O Direito de Ter Direito**. In: Salto para o futuro. Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEEP, 1999.
- Lei nº49, 30 de Agosto de 2005 (2005). Segunda alteração à Lei de Bases do sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior. Disponível em: http://min-edu.pt/np3content/?newsId=1224&fileName=lei_49_2005.pdf. Acesso em 19 agos.2016.
- LIBÂNEO, José Carlos. O sistema de organização e gestão da escola. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 4.ed.Goiânia: Alternativa, 2001.
- LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Série cadernos de gestão.Ed.8.Petrópolis, RJ: Vozes, 2012
- MENEGOLLA, Maximiliano; SANTANA, Ilza Martins. **Por que planejar? Para que planejar?** 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p.22-31
- OLIVEIRA. Luzia de Fatima Medeiros de. **Formação docente na escola inclusiva: diálogo como fio tecedor**. Porto Alegre: mediação, 2009.152p.
- RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1986.